



SHORT PAPER

## GnoSI e IA: desafios e oportunidades nos Serviços de Informação do MJ

*Alexandra Lourenço<sup>a</sup>, Albertina Catrola<sup>b</sup>, Alexandra Henriques<sup>c</sup>, António Dias<sup>d</sup>,  
Cristina Ferreira<sup>e</sup>, Inês Nunes<sup>f</sup>, Rute Ramos<sup>g</sup>*

<sup>a</sup>Secretaria Geral do Ministério da Justiça (SGMJ), Portugal, [maria.a.lourenco@sg.mj.pt](mailto:maria.a.lourenco@sg.mj.pt)

<sup>b</sup>SGMJ, Portugal, [albertina.p.catrola@sg.mj.pt](mailto:albertina.p.catrola@sg.mj.pt)

<sup>c</sup>SGMJ, Portugal, [alexandra.m.henriques@sg.mj.pt](mailto:alexandra.m.henriques@sg.mj.pt)

<sup>d</sup>SGMJ, Portugal, [antonio.p.dias@sg.mj.pt](mailto:antonio.p.dias@sg.mj.pt)

<sup>e</sup>SGMJ, Portugal, [cristina.m.ferreira@sg.mj.pt](mailto:cristina.m.ferreira@sg.mj.pt)

<sup>f</sup>SGMJ, Portugal, [inês.a.nunes@sg.mj.pt](mailto:inês.a.nunes@sg.mj.pt)

<sup>g</sup>SGMJ e CIDEHUS-UÉ, Portugal, [rute.i.ramos@sg.mj.pt](mailto:rute.i.ramos@sg.mj.pt)

---

### Resumo

Nesta comunicação pretende-se dar a conhecer o projeto GnoSI, que integra práticas inovadoras na gestão da informação e, simultaneamente, refletir sobre a forma como a inteligência artificial pode impactar este projeto.

O projeto GnoSI - Gerir a Informação para chegar ao Conhecimento – constitui-se tendo por objetivo principal a gestão do ciclo de vida da informação organizacional do Ministério da Justiça. É um projeto coordenado pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Integra a gestão de arquivos históricos e intermédios, bibliotecas e património museológico e arquitetónico da Justiça, com acesso através de um portal único e com partilha de uma linguagem controlada comum, administrada por um sistema de gestão de tesouros. Inicialmente focado na consolidação desses recursos, desafiado pelas necessidades da Administração, o projeto evoluiu e passou a incluir os sistemas de gestão de documentos. A mais recente fase do GnoSI inclui a integração com um repositório de preservação digital, garantindo acesso contínuo à informação e a cobertura integral do ciclo de vida dos documentos e da informação.

**Palavras-chave:** Acesso à informação, Preservação digital, Inteligência artificial, PRR (Programa de Recuperação e Resiliência).

---

## Conteúdo da apresentação

Com o duplo objetivo de agregar a informação produzida pelos diversos organismos da Justiça, através de mecanismos de interoperabilidade e normalização, e de garantir um acesso facilitado a essa informação, a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ), iniciou o projeto GnoSI: Gerir a informação para chegar ao conhecimento.

Este projeto, financiado pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), alinhado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes —, divide-se em quatro eixos fundamentais: Sistemas de Gestão Documental, Sistemas de Gestão de Património Cultural, Sistema de Preservação Digital (coordenado pelo IGFEJ – Instituto de Gestão Financeira a Infraestruturas da Justiça) e Portal de Acesso Único.

A metodologia adotada integra três fases: preparação, execução e comunicação do projeto:

### 1. Preparação do Projeto

A fase de preparação foi essencial para estabelecer uma base sólida, através de análises e definições que guiaram as fases subsequentes. Nesta fase incluiu-se:

1.1 Análise SWOT: Identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças associadas ao projeto e ao contexto organizacional.

1.2 Macrovisão do projeto: Definição do modelo conceptual para estruturação do projeto. O projeto GnoSI teve como sustentação teórica o modelo *Curation Lifecycle Model* desenvolvido no Reino Unido, pelo DCC (Digital Curation Centre), com a finalidade de auxiliar as organizações a gerir e preservar os seus dados digitais no longo prazo.

1.3 Estado da Arte: Análise aprofundada do quadro regulador e normativo (legislação, normas e políticas aplicáveis) e das tendências evolutivas da tecnologia na área de gestão de informação.

1.4 Ações de benchmarking: Realização de ações de interação para análise de projetos e soluções semelhantes implementados por outras organizações, identificando boas práticas, tecnologias e abordagens passíveis de adoção.

### 2. Execução do Projeto

A fase de execução envolveu o desenvolvimento e implementação das ferramentas e soluções definidas na fase de preparação. Nesta fase inclui-se:

2.1 Produção dos instrumentos fundamentais para a gestão da informação, abrangendo:

- Portaria de Gestão de Documentos: Define políticas e procedimentos para a criação, registo, classificação e avaliação da informação.
- Macro Plano de Preservação Digital: Estabelece diretrizes para a preservação a longo prazo dos sistemas de informação e documentos digitais, considerando o ciclo de vida dos documentos e o uso de tecnologias adequadas.
- Vocabulário Controlado: Construção de um tesauro para a Justiça

2.2 Linhas de trabalho para normalização: Criação de um conjunto de linhas de trabalho que guiem as atividades de normalização, a serem realizadas pelos interlocutores do projeto. Este trabalho inclui a padronização de procedimentos e práticas, promovendo consistência e conformidade com os requisitos estabelecidos.

2.3 Definição de requisitos para os cadernos de encargos e procedimentos concursais: Especificação dos requisitos técnicos e operacionais que deverão constar nos cadernos de encargos para a seleção de fornecedores e contratação de serviços para:

- Sistema de Gestão Documental
- Sistema de Gestão do Património Cultural
- Sistema de Preservação Digital

2.4 Gestão dos contratos para implementação dos Sistemas de Informação: Coordenação e monitorização dos contratos com fornecedores, assegurando o cumprimento dos prazos, da qualidade e dos requisitos acordados para os sistemas de gestão documental e patrimonial. A gestão dos contratos envolve o acompanhamento das entregas, avaliação do desempenho dos fornecedores e resolução de questões emergentes para garantir a efetiva implementação dos sistemas.

### 3. Comunicação do Projeto

A fase final da metodologia envolve a comunicação dos resultados, tanto para os stakeholders internos quanto para o público-alvo externo. Uma comunicação eficaz permite que os impactos do projeto sejam reconhecidos e que o conhecimento adquirido seja partilhado, promovendo transparência e continuidade para futuros projetos.

Atualmente o projeto GnoSI encontra-se na fase 2.4. Paralelamente têm vindo a ser efetuadas várias ações de comunicação.

Ao longo deste caminho a utilização da inteligência artificial nos sistemas de gestão da informação tem vindo a tornar-se um desafio e urge integrá-la como recurso estratégico, pelo que foi delineado a sua aplicação ao nível de:

- Captura de documentos (Digitais + OCR, permitindo transformar documentos digitalizados em texto pesquisável).
- Extração de metadados (com reconhecimento de tipologias, datas, nomes).
- Classificação automática (com atribuição de classes ao documento a partir de vocabulários controlados).
- Extração de texto (disponibilização de resumos)
- Técnicas avançadas de recuperação de informação (pesquisa semântica).

É expectável que a introdução destes recursos tenha impacto e aporte benefícios nas seguintes vertentes:

- Eficiência – Reduz o tempo necessário para classificar e indexar documentos.
- Acessibilidade – Metadados bem estruturados facilitam a busca e permitem recuperação mais rápida e precisa.
- Precisão e consistência – Minimiza erros e garante que os documentos sejam classificados de forma padronizada.
- Conformidade com a portaria de gestão de documentos do MJ – IA pode ajudar a garantir que os documentos sejam classificados de acordo com a PGD.

Com essa abordagem, pretende-se que o GnoSI transforme a forma como a informação documental é organizada e disponibilizada.

## Conclusões

Ao desenvolver e modernizar as plataformas de gestão da informação do Ministério da Justiça pretende-se controlar a produção, fluxo e armazenamento de documentos, garantindo a interoperabilidade entre instâncias dos diversos organismos do MJ, assegurando a eliminação dos documentos findo o seu prazo de conservação administrativa ou a sua preservação, no caso de conservação permanente, em articulação com a Plataforma de preservação digital.

Este projeto constitui um elemento estruturante para uma política integrada de acesso à informação, que se espera vir a ter reflexos numa melhor e mais sustentável Administração Pública, com destaque para a área da Justiça.

Em resumo, propomos-mos apresentar a nossa experiência na implementação de um vasto projeto, os desafios com que nos estamos a deparar, as resistências à mudança, a conciliação entre uma administração que se proclama sem papel e uma administração que persiste híbrida, o caminho para a plena desmaterialização com o apoio da inteligência artificial.

## Referências bibliográficas

DIREÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. CLAV. [Consult. 04 Nov. 2024]. Disponível na Internet: <URL: <https://clav.dglab.gov.pt/>>

DLM FORUM FOUNDATION – MoReq2010, Modular Requirements for Records Systems, Volume 1: Core Services & Plug-in Modules, Version 1.0. [Em linha]. DLM Forum Foundation, 2011). [Consult. 04 Nov. 2024]. Disponível na Internet: URL:[https://www.moreq.info/files/moreq2010\\_vol1\\_v1\\_1\\_en.pdf](https://www.moreq.info/files/moreq2010_vol1_v1_1_en.pdf)

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION. Conceptual Reference Model. [Consult. 04 Nov. 2024]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.cidoc-crm.org/node/202>>

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Records in Contexts–Conceptual Model. [Consult. 04 Nov. 2024]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.ica.org/resource/records-in-contexts-conceptual-model/>>

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO 16175-1. (2020). Information et documentation — Processus et exigences fonctionnelles applicables aux logiciels de gestion des documents d'activité. Partie 1: Exigences fonctionnelles et recommandations associées pour toute application de gestion de documents d'activité numériques [Consult. 04 Nov. 2024]. Disponível na Internet: <URL: <https://cdn.standards.iteh.ai/samples/74294/20b535203a1543ce8709cd2c8fecc704/ISO-16175-1-2020.pdf>>

LOURENÇO, A., CATROLA, A., HENRIQUES, A., FERREIRA, C., MENDES, F., e RAMOS, R., Acesso à informação na Justiça: da produção à preservação digital na senda da sustentabilidade, [Em linha]. 14º Congresso Nacional BAD, Algarve [Consult. 04 Nov. 2024]. Disponível na Internet: <URL: [file:///C:/Users/rute.i.ramos\\_sg/Downloads/Louren%C3%A7o\\_2859.pdf](file:///C:/Users/rute.i.ramos_sg/Downloads/Louren%C3%A7o_2859.pdf)>